

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES



## **Câmara Municipal de Cruzmaltina instaurou sua primeira CPI para apurar possível irregularidade em termo aditivo**

A Câmara Municipal de Cruzmaltina instaurou oficialmente a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da história do Legislativo Municipal. A comissão teve como finalidade apurar eventuais irregularidades relacionadas ao Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 36/2025, firmado entre o Município de Cruzmaltina e a empresa Sovrana Engenharia e Construções Ltda.

O termo aditivo investigado possui valor de R\$ 54.013,47 (cinquenta e quatro mil, treze reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 10,92% sobre o valor original do contrato.

A instauração da CPI representa um importante marco para o fortalecimento da fiscalização e da transparência pública no município, demonstrando o compromisso do Poder Legislativo com o acompanhamento da correta aplicação dos recursos públicos e com o interesse da população cruzmaltinense.

Durante os trabalhos, a comissão pode solicitar documentos, ouvir testemunhas e requisitar informações necessárias para esclarecer os fatos relacionados ao aditivo contratual. Ao final das investigações, foi elaborado relatório conclusivo apontando as medidas cabíveis, constatadas irregularidades.

A Câmara Municipal reforça que a abertura da CPI não representa julgamento antecipado, mas sim o exercício legítimo da função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo, garantindo o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório aos envolvidos.

Os trabalhos da comissão foram conduzidos com responsabilidade, imparcialidade e transparência, mantendo a população informada sobre o andamento das investigações.

## Câmara Municipal realiza Audiência Pública para Demonstração de Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2025

A Câmara Municipal de Cruzmaltina realizou Audiência Pública para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do exercício de 2025, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência teve como objetivo apresentar à população e aos vereadores os dados relativos à execução orçamentária, financeira e fiscal do Município, promovendo transparência na gestão pública e permitindo o acompanhamento das contas públicas pela sociedade.

Durante a apresentação, foram demonstrados os resultados relacionados às receitas e despesas municipais, índices constitucionais e legais, investimentos realizados, além da situação fiscal do Município no período avaliado.

O encontro reforçou o compromisso do Poder Legislativo com a fiscalização dos atos da administração pública e com a transparência na aplicação dos recursos públicos, garantindo à população acesso às informações sobre a gestão fiscal do Município.

A Câmara Municipal destaca a importância da participação popular nas audiências públicas, fortalecendo o controle social e a democracia no âmbito municipal.

